



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Projeto de Lei nº 462 de 2015

Acrescenta parágrafo ao artigo 23 da Lei nº 8.036,
de 11 de maio de 1990.

Autor: Deputado PADRE JOÃO

Relator: Deputado FELIPE RIGONI

I – RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria do Deputado PADRE JOÃO, Acrescenta parágrafo ao artigo 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

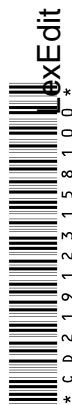
O projeto obedece ao rito de regime de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões - art. 24 II, tendo sido distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nessa ordem.

Na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, o PL nº 462/15 foi aprovado por unanimidade.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

ainda assim, a proposição não pode ser considerada adequada do ponto de vista orçamentário e financeiro, em virtude do art. 136 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020. Segundo esse dispositivo, os projetos de lei que vinculem receitas a despesas devem conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

Em face do exposto, voto pela inadequação orçamentária e financeira do PL nº 462/15.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado FELIPE RIGONI

Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219123158100>

